

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS**PARECER DA PROPOSTA Nº 662/2015**

Relativo ao assunto da Proposta Nº 662/2015: “Aprovar submeter à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de uma parcela de terreno com 8,58m2 sita na Travessa do Fala Só.”

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da nº 662/2015, adiante designada por Proposta, subscrita pelo Vereador Manuel Salgado e aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 11 de Novembro de 2015¹, submete-se a aprovação à Assembleia Municipal de Lisboa², a desafetação de domínio público municipal da parcela de terreno sita Calçada da Glória n.º 6 a 12, Travessa do Fala Só n.º 1 a 7, e Largo da Oliveirinha 5 e 5ª.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Arqª. Helena Roseta, para a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e emitido parecer até 8 de Janeiro de 2016, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, para o mandato 2013-17.

2. CONSIDERANDOS**2.1. Enquadramento e Análise**

O edifício da Calçada da Glória n.º 6 a 12, Travessa do Fala Só n.º 1 a 7, e Largo da Oliveirinha 5 e 5ª, foi objeto de reabilitação do edificado e o acesso inicial a este edifício fazia-se através da Calçada da Glória, por um passeio muito inclinado e estreito.

¹ Aprovado na 87ª reunião de Câmara Municipal de Lisboa, por unanimidade.

² Nos termos das disposições conjugadas das alíneas k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea ee) do nº 1 do artigo 33º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, bem como do artigo 116º do regime jurídico da delegação de competências, ambos os regimentos aprovados no anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, da qual faz parte integrante.

IS
H

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

Durante a obra o proprietário alterou a localização do acesso ao edifício, relocando-o na Travessa do Fala Só.

Para que este novo acesso se fizesse em melhores condições de conforto e segurança, permitindo retificar a inclinação do pavimento exterior, foi construída uma plataforma nivelada, contígua à fachada, para acesso às portas da loja e da zona habitacional.

Esta plataforma, pela sua localização e diminuta dimensão, não prejudica a circulação pedonal na zona, mas ocupa uma pequena área do domínio público municipal, pelo que importa regularizar a situação.

A desafetação do domínio público para o domínio privado municipal, de uma parcela de terreno identificada a cor rosa na Planta n.º 15/075/DMGP, com a área de 8,58 m², sita na freguesia de São José em sede de registo predial, e à qual se atribui, apenas para efeitos fiscais, o valor de 42,90 € (quarenta e dois euros e noventa cêntimos) que corresponde ao valor simbólico de 5€/m².

O valor apurado para alienação da área de 8,58m², em complemento de lote em projectos de reabilitação de edifícios, foi de €1617 (mil seiscentos e dezassete euros).

O particular concorda com a aquisição da parcela municipal em complemento de lote, tendo já dado a sua anuência ao valor proposto, pelo que é necessário desafectar a parcela do domínio público municipal para o domínio privado do município.

O Senhor Vereador Manuel Salgado tem competências delegadas e subdelegadas, nos termos da alínea K) do n.º 2 ponto b do despacho n.º 42/P/2015 publicado no 4.º Suplemento ao B. M: n.º 110 de 28 de maio de 2015, para autorizar a alienação em complemento de lote de bens imóveis de valor até quinhentas vezes a remuneração mínima mensal, o que fez por despacho de 04/09/2015.

3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E RELATOR

Os grupos políticos municipais, subscritores do presente parecer bem como a deputada relatora deste documento, reservam para o plenário a expressão do seu sentido de voto.

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

4. CONCLUSÕES

A apreciação da proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa ao abrigo do disposto no artigo 75º do Regimento para a emissão de parecer.

Face ao anteriormente exposto, e cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, conclui-se que a Proposta está em condições de ser votada em sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

Lisboa, 11 de Janeiro de 2016

A Deputada Relatora



Maria Luísa Aldim

A Presidente da 1ª Comissão



Irene Lopes